Já é tempo de não se brincar com o dinheiro dos munícipes

Começo por ouvir uma história, sobre a chegada do rei Menor e a Feira Medieval, entre 5 e 8 de Maio, em Torres Novas, integrada no projecto Memórias da História. A importância para o turismo, o desenvolvimento, etc., o que já acontecia com a anterior, realizada no ano passado, do tempo de D. Manuel.
Fizera uma única pergunta ao defensor dos eventos – que estudos foram concretizados sobre D. Manuel, em Torres Novas? Para além do festival circense, em que a Câmara de Torres Novas foi e continua a ser, no despesismo, pródiga, que investimento perdura dessa manipulação publicitária? Qual o resultado do investimento para o concelho? O que é isso de Memórias da História, quando, de D.Manuel, não há, nem resultou, um única investigação histórica apoiada pelo município, sobre uma reinado que viu perseguir e destruir uma das comunidades judaicas, como a torrejana, mais importantes do Ribatejo? E do infante, que se promove nas memórias deste ano, o futuro rei D. Afonso V, um dos causadores duma das maiores crises políticas conhecidas, entre o Portugal parasitário da alta nobreza e do alto clero, representados pelo bastardo D. Afonso, Conde de Barcelos, mais tarde duque de Bragança, e seu filhos, o conde de Arraiolos, o conde de Ourém, o seu cunhado arcebispo de Lisboa, defensores duma sociedade do privilégio do nascimento (?) e do título, com o apoio da rainha viúva, a aragonesa D. Leonor, a que se opõe a visão moderna e desenvolvimentista do Portugal urbano e comercial, de fundo europeu, do infante D. Pedro, dos mesteres da cidade de Lisboa, dos concelhos do país, duma nobreza com ramificações no ducado de Coimbra, que se irá opor, durante séculos, à futura casa de Bragança?
As cortes de Torres Novas, em 1438, não foram um momento festivaleiro. Após as exéquias de D.Duarte, na Batalha, nos finais de Outubro de 1438, Torres Novas, que fazia parte da Casa da Rainha, foi a escolhida para se fazerem as Cortes, que se realizam a 10 de Novembro, e, durante mais de um mês, apenas resolveram, de forma provisória, um triunvirato de regência que nem um ano durou, já que nas cortes de Lisboa de 1439 se elegeu, por pressão da Câmara de Lisboa e dos fiéis de D. Pedro, este como regente único do reino.
Começou em Torres Novas o que se veio a concluir, tragicamente, em Alfarrobeira, a história vergonhosa da traição duma elite senhorial, donde se não pode escamotear a figura cinzenta e sem personalidade do infante D. Henrique, em nome dos privilégios feudais, e a derrota da época moderna da centralização régia, com a morte de D. Pedro, a 20 de Maio de 1449.
O infante, que se transformara no impulsivo e fraco rei D. Afonso V, sucumbiu ao ódio ciumento da Casa de Bragança e persegue o infante e os seus companheiros, destruindo-lhes a vida e os haveres, condenando-os ao exílio, distribuindo à tripa forra o país aos que o levaram a tal perseguição. Seu neto, D. João II viria a repor alguma justiça, no desatino guerreiro de seu pai,

continuando as medidas de D. Pedro, não se coibindo de acusar e condenar à morte o então duque de Bragança, D. Fernando, por acusação de conspirar contra a sua vida.
Há documentação sobre estas cortes, parte até já publicada. Mas não há estudos locais e seria bom que se efectuassem.
Não sei, por essa inexistência, se, quando Torres Novas festeja D. Afonso V, festeja o desperdício e a doação arbitrária dum país ao poder senhorial, que pôs na boca d'el-rei D. João II, o célebre lamento de que seu pai só lhe deixara as estradas do reino para governar, se o Portugal moderno, que se vislumbrara em D. Pedro, e começa a ganhar forma em D. João II, mas que se vai perder, uma vez mais, com D. João III, D. Sebastião e um fraco cardeal D. Henrique.
Se é a memória da história que, de facto, se festeja, ou a promoção política dos autarcas de hoje.
As Memórias da História, vistas pelo lado do circo, a que a Alemanha, o FMI, o Banco Central Europeu, a direita nazi finlandesa, e não só, já vão cortando o pão, bem poderiam ser as responsáveis pelo estudo, levantamento, da documentação histórica sobre essas e outras cortes realizadas em Torres Novas ou nas que o concelho esteve presente e apresentou procurações e requerimentos e, com menos gastos, palhaçada e mais juízo crítico, fomentar o estudo e a investigação do património concelhio. Mas quando se aposta no foguetório duma recriação para turista ver (qual?), sem nenhum objectivo crítico, nem razões de investigação, nem de incentivo patrimonial, da mesma maneira que se criou e se começa a extinguir a feira nacional dos frutos secos, o prémio nacional de poesia Maria Lamas, e não há verbas para a Casa Humberto Delgado, se mantêm e agravam as dívidas às colectividades e às freguesias, dá-se razão a quem, na Europa, acha que, nós portugueses, só servimos para gastar o que não temos, e é fácil gastá-lo em viagens, festas, compadrios, obras perdulárias, porque não nos custa a ganhar, nem nos obriga a responder pelos seus gastos.
Quando se verifica o pouco interesse que o executivo camarário mostra em relação à investigação e recolha de património concelhio, não só em instalações e mobiliário específico, como na existência dum grupo de técnicos especializados na vida do documento, na sua inventariação e divulgação, a ponto de espólios existirem há dezenas de anos sem, sequer, inventário, no Arquivo Municipal, outros a não serem recolhidos, apesar da responsabilidade assumida. Chegar-se ao ponto, caricato, de ser suspensa a aquisição solicitada à Biblioteca Nacional da digitalização da imprensa torrejana nela existente, e por esta enviada, e nem sequer levantada nos Correios, e cujo preço de milhares de páginas não chegava a 800 euros, é pouco estimulante pensar quanto vai custar esta recriação pseudo-histórica das cortes de 1438.
Aliás, quando se preparava uma sala para a leitura digitalizada, no arquivo, e se transforma em mais um gabinete administrativo, percebe-se a incapacidade da vereação autárquica para dar resposta a algo que lhe deveria merecer o máximo cuidado e respeito: o património concelhio. Talvez por isso se opte pela festa aldrabada do que pela realidade documental, se gaste no embuste o que se recusa em investimento necessário. Não há dúvida que cultura e história na Europa têm outro sentido, que não o da aparência e o da trombeta da publicidade da figura régia.
A grave crise em que os partidos políticos, que nos governam, nacional e autarquicamente, há décadas, nos foram mergulhando, com a cornucópia das verbas comunitárias gastas à barba longa, sem que se pensasse que o que era emprestado não o era gratuitamente, parece não incomodar o executivo torrejano que, vai aumentando a dívida autárquica, à banca e a

fornecedores, à boa maneira socrática, centrado no pensamento de quem vier depois que feche a porta.
Pessoalmente, como cidadão e munícipe, com os meus impostos em dia, e a vê-los agravados pelo descontrolo dos gastos do PS de Sócrates, nacional e autarquicamente, estou farto. E começa a ser altura de se falar claro. E de se exigir responsabilidades.

antoniomario45@gmail.com